

## RODAS DE SAMBA NA EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL DO DISTRITO FEDERAL BRASILEIRO: UM PROJETO PARA ALÉM DA TEORIA<sup>1</sup>

### *RUEDAS DE SAMBA EN LA EDUCACIÓN ÉTNICO-RACIAL EN EL DISTRITO FEDERAL BRASILEÑO: UN PROYECTO MÁS ALLÁ DE LA TEORÍA*

### *SAMBA CIRCLES IN ETHNIC-RACIAL EDUCATION IN THE BRAZILIAN FEDERAL DISTRICT: A PROJECT BEYOND THEORY*

Vitor João Ramos ALVES<sup>2</sup>

**RESUMO:** A propagação de um conhecimento fragmentado, eurocêntrico, não democrático, não crítico, sexista e racista é a raiz de toda exclusão. Esse modelo técnico de ensino é pautado nas colonialidades do poder, do saber e do ser, hoje vigentes de forma estrutural na sociedade, repetindo fórmulas e discursos hegemônicos, e reproduzindo violentos mecanismos de exclusão social. Portanto, este artigo tem como proposta: fazer pensar a construção de um projeto de educação étnico-racial para escolas públicas do Distrito Federal brasileiro, a partir da tese de doutorado sobre rodas de samba como expressão de resistência espacial negra, defendida no Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB), em 2019. Serve de esforço e incentivo para a construção de alternativas, numa escala local, de preservação, valorização, emancipação e autonomia dos sujeitos periféricos e dos próprios coletivos de rodas de samba, presentes no território federal brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Colonialidade. Samba. Práxis.

**RESUMEN:** *La difusión del conocimiento fragmentado, eurocéntrico, antidemocrático, no crítico, sexista y racista es la raíz de toda exclusión. Este modelo técnico de enseñanza se basa en las colonias de poder, conocimiento y ser, que actualmente están vigentes de manera estructural en la sociedad, repitiendo fórmulas y discursos hegemónicos y reproduciendo mecanismos violentos de exclusión social. Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo: pensar en la construcción de un proyecto de educación étnico-racial para escuelas públicas en el Distrito Federal de Brasil, basado en la tesis doctoral sobre círculos de samba como expresión de resistencia espacial negra, defendida en el Departamento de Geografía de la Universidad de Brasilia (UnB), en 2019. Sirve como un esfuerzo e incentivo para la construcción de alternativas, a escala local, para la preservación, valorización, emancipación*

<sup>1</sup> Este trabalho é uma extensão do debate proposto no resumo expandido intitulado “Educação Étnico-racial e rodas de samba democráticas: um contraponto às vozes hegemônicas vigentes no Distrito Federal brasileiro”, apresentado no I Simpósio Currículo e Cultura: encontro antifascistas, realizado pelo Grupo CNPq de Estudos e Pesquisas em Educação, Políticas e Currículos Pós Críticos (GEPEP/UFSB), de 15 a 19 de junho de 2020 e fruto da tese de doutorado, desenvolvida junto ao PPGEA/UnB, com bolsa CAPES/CNPq, de título “As rodas de samba do Distrito Federal brasileiro, patrimônio-territorial latinoamericano, expressão de resistência espacial negra”, defendida em dezembro de 2019.

<sup>2</sup> Universidade de Brasília (UnB), Brasília – DF – Brasil. Pesquisador integrante do Grupo CNPq de Extensão e Pesquisa Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe (GECIPA) do Departamento de Geografia. Doutorado em Geografia (UnB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2548-7340>. E-mail: [vitorjoaoramosalves@gmail.com](mailto:vitorjoaoramosalves@gmail.com)

*y autonomía de los sujetos periféricos y de los propios grupos de samba, presentes en el territorio federal de Brasil.*

**PALABRAS CLAVE:** *Educación. Colonialidad. Samba. Praxis.*

**ABSTRACT:** *The spread of fragmented, Eurocentric, undemocratic, non-critical, sexist and racist knowledge is the root of all exclusion. This technical model of teaching is based on the coloniality of power, knowledge and being, which are currently in force in a structural way in society, repeating hegemonic formulas and discourses, and reproducing violent mechanisms of social exclusion. Therefore, this article aims to: think about the construction of an ethnic-racial education project for public schools in the Brazilian Federal District, based on the doctoral thesis on samba circles as an expression of black spatial resistance, defended at the Department of Geography of the University of Brasília (UnB), in 2019. It serves as an effort and incentive for the construction of alternatives, on a local scale, for the preservation, valorization, emancipation and autonomy of the peripheral subjects and of the samba groups themselves, present in the federal territory of Brazil.*

**KEYWORDS:** *Education. Coloniality. Samba. Praxis.*

## **Introdução**

Considerado uma das maiores expressões populares, materializada no território brasileiro e de alguns países da América Latina e Caribe, o “samba” - e suas inúmeras encarnações – é identificado culturalmente como um saber de alto valor histórico, social e político, não separado do cotidiano das populações pobres e segregadas. No Distrito Federal brasileiro (Brasília), por exemplo, essa expressão não se faz oculta e se perpetra de forma bastante singular das demais grandes metrópoles urbanas: Rio de Janeiro, São Paulo ou Bahia. Nesses Estados, o samba nasceu como um gênero musical proibido e marginalizado, chegando a se converter em símbolo máximo de rebeldia e marginalidade (AZEVEDO, 2013; VIANNA, 2012; NETO, 2017). Sobreviveu às violências dos fenômenos de colonização, escravidão, industrialização, modernização e desenvolvimento – que perpetuaram em toda a formação do território brasileiro – para, então, se dirigir às áreas identificadas como periféricas (morros, favelas e sobrados). Já na Nova Capital Federal (Brasília), ele surge em um contexto histórico específico: durante os anos iniciais de sua construção e consolidação, enquanto Distrito Federal brasileiro.

Inserido de forma espontânea e modesta, inicialmente, sobre a poeira vermelha do chão batido das grandes edificações, erguidas para a concretização da Nova Capital, o movimento do samba se transformou, no decorrer da história, acompanhando as próprias transformações produzidas no território. Margeado pela efetivação do projeto de construção de Brasília –

síntese do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek: produto conjuntural ideológico de desenvolvimento da nação e de internacionalização da economia brasileira (COSTA; STEINKE, 2014) – sofreu influências da violenta e crescente exclusão social e imobiliária, do enriquecimento de poucos, capazes de gerir mecanismos imperativos para a perpetuação de suas condições de privilégios. Assim, é nesse contexto violento, de segregação e desigualdades sociais, que o movimento do samba no Distrito Federal brasileiro se constitui e se perpetua, concomitantemente, como um movimento próprio e particular de rodas de samba.

O projeto de controle e domínio do território (e de seus sujeitos) é mais bem compreendido a partir das teorizações feitas por Quijano (2005), Mignolo (2005) e Maldonado-Torres (2005), que tratam da modernidade/colonialidade, especificando as colonialidades do poder, do saber e do ser existentes no sistema mundo capitalista. Conforme os autores, essas colonialidades se fazem pela composição de um poder hegemônico, imposição de um saber eurocêntrico e exploração de linguagens, histórias e existências dos sujeitos subalternizados. Colonialidades essas que são apropriadas, incorporadas e impõem um discurso eurocêntrico/colonizador como fim escuso no processo de domínio e domínio.

Os efeitos dessas colonialidades (do poder, do saber e do ser) foram, então, tornando-se estruturais na sociedade, sendo proliferadas pela formação intelectual e cultural por aqueles que se posicionam em cargos estratégicos na sociedade: na política, por exemplo. Incorporadas e replicadas pelas políticas públicas educacionais, essa postura dominante e dominadora formou uma “lógica da exclusão”, de modo que “conhecer” e “pensar”, tornaram-se privilégio de poucos (MOSE, 2014). A escola, devido à imposição das colonialidades aqui revistas, se transformou em instrumento de formação para atender as necessidades da sociedade industrial, voltada ao mercado de trabalho. Esse modelo técnico fomentou uma educação fragmentada, sem reflexão crítica, não democrática, sexista e racista, a qual torna mais eficiente o controle social e a submissão dos sujeitos a um modelo competitivo e excludente de sociedade.

A partir desse contexto, este trabalho propõe fazer pensar a urgente e necessária construção de um projeto de educação étnico-racial para escolas públicas do Distrito Federal brasileiro a partir de rodas de samba que valorize e promova a autonomia aos sujeitos periféricos e sua cultura popular. Para tal, o trabalho situa-se como práxis transformadora e devolutiva para a sociedade, no âmbito da pesquisa investigativa de doutorado, intitulada: “As rodas de samba do Distrito Federal brasileiro, patrimônio-territorial latinoamericano, expressão de resistência espacial negra” (ALVES, 2019), defendida no Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB/DF), no ano de 2019.

Não nos restam dúvidas quanto à importância de se promover movimentos contrários ao imposto pelas colonialidades vigentes, que valorizem a educação, que estimulem a pensar e ver o mundo criticamente, em sua complexidade e totalidade. Torna-se um desafio imprescindível a promoção do empoderamento dos estudantes e jovens brasileiros, tal como atores sociais, capazes de transformar a sociedade brasileira, interferir em suas instâncias e conter aquilo que os oprime. A proposta de um projeto de educação étnico-racial, a partir das rodas de samba, situado no momento de exceção (social, político e econômico) em que vivemos, contribui para essa promoção.

### **Os processos de violência das colonialidades do poder, do saber e do ser no sistema mundo capitalista**

O sistema do mundo capitalista, formado a partir da queda do sistema feudal – período também conhecido como ponte entre o final da Idade Média e o início do Renascimento e da Idade Moderna – parte de eventos relativos aos desenvolvimentos tecnológicos, sociais e culturais. Ao considerá-lo como um conjunto desses eventos e possibilidades, existentes em uma formação social (em um lugar, região ou país), conforme Santos (2009), torna-se possível uma interpretação de alguns desses eventos partícipes da formação do sistema mundo modernidade/colonialidade capitalista, que favorecem o domínio, exploração e silenciamento de determinados grupos sociais – indígenas, negros, afrodescendentes, mulheres, população LGBTQIA+ e outros –, negligenciados na história e em suas práticas diversas no território brasileiro (em sua particularidade) e na América Latina (em sua totalidade). Compreendido aqui como um processo, esse movimento de domínio, controle, exploração e silenciamento foi construído ao longo de séculos e tem a sua constituição em intrínsecas relações de poder, que perpassam entre o passado e o presente.

Raffestin (1993), ao tratar essas relações de poder por um viés geográfico, argumenta que o mesmo é intrínseco a todo processo relacional. Segundo o autor, a relação de poder remete a atos e decisões e “[...] se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos” (RAFFESTIN, 1993, p. 52). O autor ainda pontua que essa relação se estabelece em dois polos, ou mais, que se fazem face a face ou se confrontam, de forma visível e identificável a partir de interesses pré-definidos.

Freire (1989), ao apresentar um ponto de vista crítico pela educação, explicita que não é possível pensar a educação sem que se pense a questão do “poder”.

Não foi, por exemplo - costume sempre dizer -, a educação burguesa a que criou ou enformou a burguesia, mas a burguesia que, chegando ao poder, teve o poder de sistematizar a sua educação (FREIRE, 1989, p. 16).

A fim de ampliar tal compreensão acerca das relações de poder, busca-se também em Quijano (2005), Mignolo (2005) e Maldonado-Torres (2005) construções teóricas que facilitam o entendimento das colonialidades e suas derivações.

Segundo Quijano (2005), as relações históricas e de poder entre os povos ocidentais e não ocidentais estiveram sempre mescladas com o poder colonial, com a divisão internacional do trabalho, com as relações de raça e gênero, com a articulação política e neocultural e com os processos de acumulação capitalista. Sua teoria sobre a “colonialidade do poder” integra as múltiplas hierarquias do histórico sistema capitalista, como parte de um mesmo “processo histórico-estrutural heterogêneo” de formação do sistema mundo vigente. No núcleo central da “colonialidade do poder” está o colonialismo, com suas complexas hierarquias étnico-raciais e suas classificações sociais: superior/inferior, desenvolvido/subdesenvolvido, povos civilizados/povos primitivos. Quijano (2005, p. 93-94) ainda pontua que a colonialidade é um dos “elementos constitutivos do poder capitalista”, fundada na imposição de uma classificação étnico-racial da população mundial, operante nos planos materiais e subjetivos da existência cotidiana e na escala social, tendo o “eurocentrismo” como perspectiva cognitiva produzida de/para um “mundo eurocentrado”, o qual naturaliza a experiência dos sujeitos nesse padrão de poder.

Conforme Souza e Fortunato (2019, p. 116), essa visão etnocêntrica europeia sobre os povos indígenas, africanos e tantos outros, “manteve uma ambiguidade acerca da luta por direitos, cidadania nacional e autoafirmação identitária”. Tal postura mantém e fortalece a visão de inferioridade e atraso de umas culturas sobre outras.

Mignolo (2005), ao tratar de uma genealogia do pensamento decolonial – que contrapõem a formação e instauração da matriz colonial de poder exposta por Quijano (2005) –, apresenta que o processo de decolonizar (o saber e o ser) se constitui no diálogo epistêmico conflitivo para com a teoria política da Europa, para a Europa e, desde aí, para o mundo. Toma como direcionamento o desapego das verdades eurocentradas (impostas) e parte para uma abertura epistemológica (desde o Sul), que reintegra línguas, memórias, organizações sociais, subjetividades, ou seja, esplendores e misérias de populações dominadas, exploradas e excluídas historicamente pelo sistema imperialista. Para o autor, “la actualidad pide, reclama, un pensamiento decolonial que articule genealogías desperdigadas por el planeta y ofrezca

modalidades económicas, políticas, sociales y subjetivas ‘otras’. El proceso está en marcha y lo vemos cada día [...]” (MIGNOLO, 2005, p. 45).

O conceito de “colonialidade do ser” é tratado por Maldonado-Torres (2005), o qual apresenta que o termo surgiu por meio de discussões em torno dos impactos da colonialidade e decolonialidade (do poder) na experiência vivida, na história e na linguagem dos sujeitos colonizados/subalternizados. A partir das teorizações propostas por Frantz Fanon (1925-1961), em que articula as expressões existenciais da colonialidade em relação às experiências étnico/racial e de gênero, subjetividades do encontro entre o sujeito negro/racializado/colonizado com o outro branco/imperialista/colonizador, Maldonado-Torres (2005) considera que: a “colonialidade do ser” aparece como um projeto histórico e ideal de civilização, legitimado pela ideia de raça e ceticismo misantrópico (que não acredita na humanidade), capaz de produzir uma linha de cores e suas distintas expressões e dimensões e tornar concreta a produção de “sujeitos liminares”, os quais marcam o próprio limite do ser, ou seja, o ponto em que o ser distorce o significado e a evidência do próprio ser a ponto de produzir um mundo onde a produção do significado estabelecido excede à justiça. Os corpos passam a ser tratados como instrumentos de produção e mercadorias no sistema mundo moderno/colonial.

Em síntese, as colonialidades do poder, do saber e do ser, acabam sendo interpretadas nesse trabalho como formas de opressão, exploração e produção, interligadas pelo sistema escravista colonial, que contribuem, em grande parte, para a acumulação originária do capital e, conseqüentemente, para o desenvolvimento capitalista do ocidente europeu, incorporado posteriormente pela América do Norte.

No Brasil, os reflexos dessa matriz têm sua materialização e concretização com a construção da Nova Capital Federal (Brasília/DF), identificada por Costa e Steinke (2014) como a “meta-síntese do poder de Juscelino Kubitschek”. Para os autores, Brasília (DF) se revela como um produto conjuntural ideológico de “modernização e desenvolvimento da nação” e de uma “internacionalização da economia brasileira”, estruturado por políticas públicas espaciais associadas aos ambiciosos objetivos, voltados ao poder de controle e articulação territorial, de forma centralizada. Ao mesmo tempo, como resultado desse produto são identificados uma exclusão social crescente e um enriquecimento de poucos, juntamente com a formação de um Estado “forte”, capaz de gerir entes e mecanismos imperativos para a perpetuação de suas condições de domínio e controle do território nacional.

Costa e Steinke (2014, p. 10-11) ainda pontuam que a Capital foi definida, geográfica e estrategicamente, segundo interesses do Estado, em sua estrutura político-econômica e



“transmite a mensagem sintética do poder da emergente burguesia industrial; poder de um Estado absoluto quanto ao vínculo com o privado e ao norte das decisões, para dar subsídio material e ideológico, a qualquer preço, ao desenvolvimentismo”. É expressão material e simbólica do poder para o controle e a articulação do território nacional, poder incorporado e projetado pelo Estado, que ganha ímpeto a partir de 1956 e se perpetua até os dias atuais.

Apesar de se apresentar como uma obra destinada à ocupação e povoamento efetivo da região central do Brasil, a construção da nova Capital, na realidade, implicou em certo nível específico de desenvolvimento e povoamento. O processo de urbanização do Planalto Central não ocorreu simetricamente como o Estado desejava. As inúmeras populações de operários que chegavam em busca de trabalho e oportunidades de melhoria de vida acabavam se assentando em terras ao redor do núcleo central da cidade que crescia, formando assim outros núcleos urbanos.

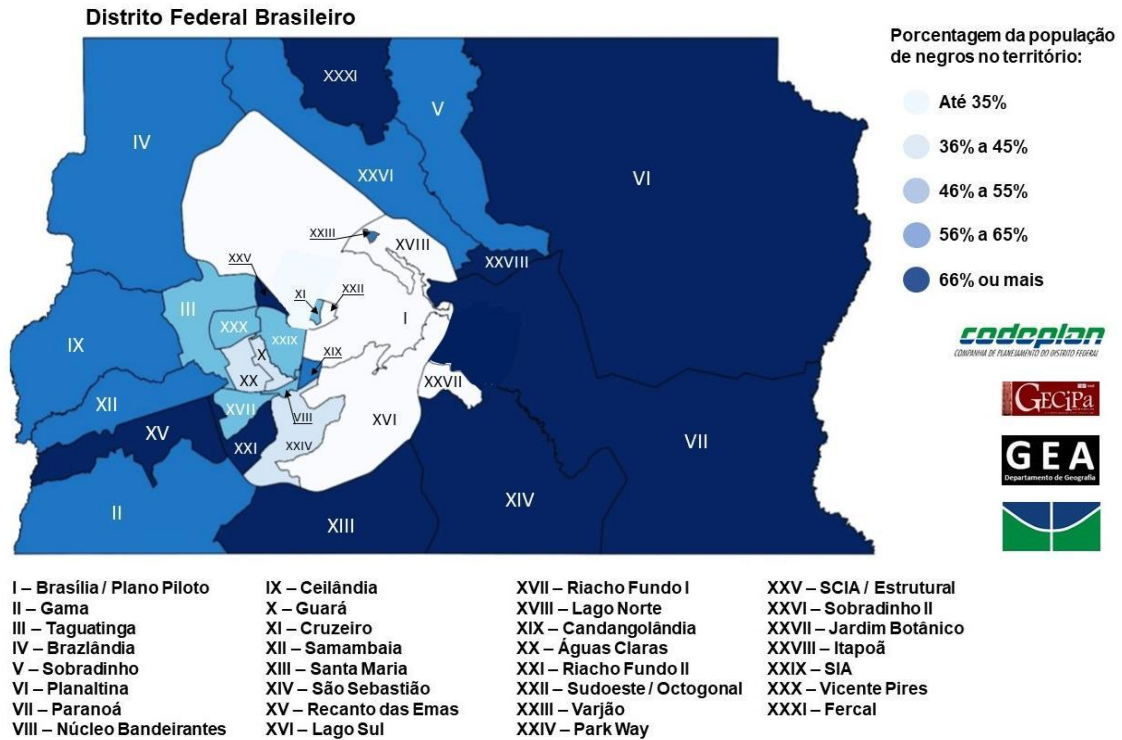
Observa-se, portanto, uma intencionalidade embutida na construção da nova Capital por parte do Governo. Este instituiu a Região Administrativa I: Brasília/Plano Piloto exclusivamente para centralizar o poder do Estado e abrigar os funcionários “mais graduados” que nele diretamente atuavam. As demais Regiões Administrativas, assim, funcionariam como solução de moradia para as classes operárias, que insistissem em permanecer no território, e para os funcionários públicos de padrão social menor. Tal postura revelava, então, a vigente política territorial discriminatória, segregadora, pensada exclusivamente para atender aos interesses de poder do Estado, de uma pequena elite a ele associada e dos agentes do capital imobiliário também envolvido no processo.

Vale pontuar nessa análise que, em 2010, as Regiões Administrativas contavam com uma população de mais de 2,5 milhões de habitantes, dos quais 56,2% eram negros, ou seja, aqueles que se declaravam pretos, pardos ou mestiços para o Censo Demográfico realizado pelo IBGE/2010 (CODEPLAN, 2014).

Entre essas regiões, as que mais se destacam como de maiores percentuais de negros em sua população, são: RA XXV: SCIA/Estrutural (77,6%), RA XXXI: Fercal (71,8%), RA XIV: São Sebastião (69,5%), RA XXIII: Varjão (69,3%), RA XXVIII: Itapoã (68,3%), RA VII: Paranoá (67,8%) e RA XV: Recanto das Emas (67,2%), notadamente locais conhecidos por rendimentos baixos e de maior vulnerabilidade social, conforme Figura 1. Por outro lado, as menores proporções se encontram nas Regiões Administrativas de maior poder aquisitivo: RA XVI: Lago Sul (20,1%), RA XXII: Sudoeste/Octogonal (25,7%), RA XVIII: Lago Norte (28,4%) e RA I: Brasília/Plano Piloto (30,8%), conforme dados do censo (CODEPLAN, 2014). Desse total de 56,2% que se declararam negros, verifica-se que 57,4% eram do sexo masculino

e 55,1% do sexo feminino; 27,9% na faixa etária entre 25 a 59 anos e 45,6% com 60 anos e mais.

**Figura 1** – Porcentagem da população de negros no território do Distrito Federal brasileiro



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da população negra do Distrito Federal brasileiro (CODEPLAN, 2014)

Em diferentes momentos da construção de Brasília, inúmeras populações foram transferidas em massa para essas áreas, que até os dias atuais permanecem sem o devido investimento de infraestrutura e qualidade de vida da população. E para reverter esse posicionamento, somente com investimentos intensos de qualidade de vida e educação emancipadora e democrática, que promova a abertura epistemológica desde o Sul, apresentada por Mignolo (2005), em busca de uma descolonização dos sujeitos. E esse movimento deve partir “desde os de baixo”, conforme apresenta Santos (2004), uma revanche das classes populares.

Ao recordar Maldonado-Torres (2005, p. 155), pode-se destacar que:

[...] el mensaje de Fanon es claro: la aspiración fundamental de la descolonización consiste en la restauración del orden humano a condiciones en las cuales los sujetos puedan dar y recibir libremente, de acuerdo con el principio de la receptividad generosa.



Entende-se, portanto, que, no contexto dos processos de colonização, constituição, industrialização, modernização e desenvolvimento do país, juntamente com suas profundas transformações, impactos e destruições, tornam-se recorrentes o uso de artifícios ideológicos pautados nas colonialidades do poder, do saber e do ser, para a ocupação, exploração, produção de territórios e expansão da acumulação do sistema mundo capitalista atuante. O que torna urgente e necessário a busca de alternativas de descolonização, de forma a promover autonomia, empoderamento e valorização dos sujeitos oprimidos e de seus territórios.

### **A dialética das rodas de samba no território do Distrito Federal brasileiro**

Ao propor examinar as rodas de samba do Distrito Federal brasileiro, e as relações dialéticas que as influenciam, desde o universal (contexto latinoamericano) ao particular (os lugares onde as rodas de samba se efetivam), equivale resgatar os embasamentos construídos por Santos (2009, p. 115), que nos convidam a “revisitar o movimento do universal para o particular e vice-versa, reexaminando, sob esse ângulo, o papel dos eventos ocorrentes como mediação indispensável”, apropriando-se das rodas de samba como objeto de pesquisa.

Sendo as rodas de samba expressões culturais e populares originárias dos povos africanos trazidos forçados como escravos durante o período colonial, pode-se também pensar em possíveis influências das tradições indígenas originárias, povos que aqui viviam e também foram dizimados e explorados pelo processo colonizador, a fim de valorizar a importância e a presença de ambos os povos tradicionais (tanto dos africanos quanto dos indígenas), para, então, efetivar uma interpretação da realidade dos processos sociais que envolvem a gênese das rodas de samba do Distrito Federal.

Tanto os tambores quanto as manifestações culturais em círculo (movimentos de roda), estão presentes historicamente em ambas as culturas, o que nos faz entender que as relações sociais e culturais, entre ambas, são bem mais amplas e complexas, necessárias de serem pesquisadas, valorizadas e respeitadas.

Os movimentos do samba no território do Distrito Federal brasileiro se manifestaram, inicialmente, de forma simples, espontânea e modesta. Conforme Francisco (2012), as primeiras manifestações partiram de apresentações improvisadas, no meio da poeira vermelha dos acampamentos e áreas abertas nas proximidades das edificações da Capital em construção. Esses movimentos eram realizados pelos próprios trabalhadores que habitavam a vila operária denominada na época de “Cidade Livre” e que vieram de distintas regiões do país: desde Sul, Sudeste, Norte ou Nordeste.

Territorializados por meio de uma “lógica do lugar” (DOZENA, 2011, p. 203), expressavam o “cultivo e fruição de vínculos de pertencimento e sociabilidade comunitária”, além de inspirar e apontar “caminhos alternativos de resistência contra a violência imposta pelo processo de segregação e do trabalho árduo de construção da cidade”. Dessa forma, considera-se que esses movimentos iniciais de rodas de samba, já se manifestavam como centelha de uma resistência, promovida pelos próprios operários, revelando um posicionamento inicial de luta e ocupação no território, o qual seria destinado à elite do poder e onde os operários não teriam o direito de permanecer.

Com o avançar dos processos de urbanização e ocupação da nova capital, houve um intenso e violento movimento de “melhoria” da área central da cidade, produzido pela especulação imobiliária, que obrigou e expulsou muitos moradores das áreas centrais da capital a migrarem para as Regiões Administrativas.

A partir dos anos de 1980, com a intensificação dessas questões econômicas elevadas e da especulação imobiliária nas áreas centrais do território, bares, restaurantes, clubes e casas noturnas passaram a elevar seus preços e cobrar altos valores para que o público pudesse apreciar e ter acesso ao lazer, incluindo os relacionados ao samba no Distrito Federal.

Esses eventos contribuíram, então, para um crescimento e intensificação de novos movimentos de rodas de samba nas Regiões Administrativas, o que antes só ocorriam na centralidade da RA I: Brasília/Plano Piloto. As rodas de samba nas Regiões Administrativas distantes, então, começaram a tomar corpo e força. Pode-se observar que a segregação social, a especulação imobiliária e a intensificação da situação vulnerável de algumas regiões da capital, influenciaram e permanecem influenciando, diretamente, o movimento de rodas de samba do território.

Durante essa construção teórica e histórica dos movimentos de roda de samba no Distrito Federal, foi possível identificar, então, que a territorialização das rodas em cada Região Administrativa, imprime um caráter particular à formação do Distrito Federal brasileiro (do particular para o universal), por se fazer resistência na apropriação dos espaços públicos das próprias Regiões Administrativas, ressignificando-os a partir dos sujeitos sambistas e simpatizantes do samba.

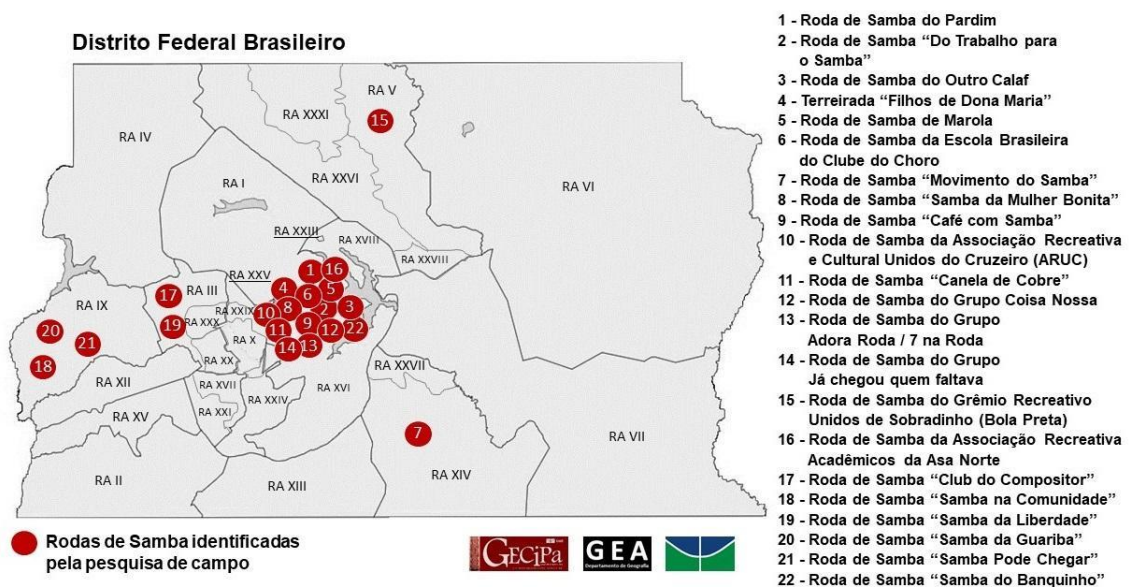
Sendo as rodas de samba, conforme apresenta Oliveira Filho (2019, n.p.),

[...] uma celebração, ela une o canto, a dança, numa mistura de raças, idades, classes sociais; todos reunidos em torno do pandeiro, do tamborim, do cavaquinho [...] e sintetiza a alma do sambista, quase como um ritual.

A partir desse conceito, foi possível identificar um quantitativo de 22 significativas rodas de samba que se efetivam cotidianamente no Distrito Federal brasileiro, pontuadas na figura 2 a seguir.

Em sua maioria, essas rodas de samba se efetivam em bares, restaurantes e casas noturnas de Brasília, especificamente na RA I: Brasília/Plano Piloto e nas Regiões Administrativas mais próximas (Figura 2), tais como RA XVI: Lago Sul, RA XVIII: Lago Norte, RA XXII: Sudoeste, e até RA XX: Águas Claras.

**Figura 2** – Rodas de samba do Distrito Federal identificadas pela pesquisa de campo



Fonte: Elaborado pelo autor

Nesses eventos, foram identificados indícios de duas lógicas dialéticas pré-estabelecidas: a "lógica do lugar", que possibilita a criação de vínculos dos sujeitos com o território, e a "lógica da cidade", a qual promove o samba como produto de consumo (DOZENA, 2011). Essas relações se tomam, de forma dialética, pela alta entrega dos sujeitos e atores do samba ao movimento de resistência no território e ao que preconiza o mercado e a indústria cultural, em uma estratégia de se aumentar os lucros dos empreendimentos e retorno financeiro aos músicos contratados.

Os estilos musicais que predominam nessas rodas chegam a ser desde o samba de raiz, o samba partido alto, o samba autoral local e famosas músicas populares brasileiras, juntamente com uma alta valorização dos novos estilos produzidos pela indústria cultural: o Pagode, o Sertanejo Universitário e até o Axé. Nesses espaços, onde a maioria das rodas de samba se concretizam, além do cliente pagar a consumação dos produtos e/ou o acesso ao

estabelecimento (quando em casas de espetáculos e alguns bares “elitizados”), cobram-se também taxas de “couvert artístico”, revestidos aos músicos e grupos que se apresentam. Entretanto, há de se considerar que, mesmo nesse conjunto de processos sociais (de produção, circulação e consumo), presente nas rodas de samba comerciais, existe ainda a possibilidade de se efetivar relações de trocas que não são comercializadas (ALVES, 2019).

**Figura 3** – Registros das rodas de samba existentes no Distrito Federal brasileiro



Fonte: Arquivo particular do autor

Os sambas, quando tocados, podem se expressar, a partir dos sujeitos que os sambam, tal como um “sinalizador cultural”, uma “senha de identidade” (DOZENA, 2011, p. 207), que produz uma “ambiência particularizada” com forças para atenuar a distância entre as classes sociais que ali se encontram reunidas. Promove, mesmo que momentaneamente, uma sociabilidade comunitária e vínculos de pertencimento entre os sujeitos sambistas, resgatando a cultura afro e valorando sua presença na formação social do país. Conforme apresenta García Canclini (2007, p. 45), “qualquer prática social, no trabalho ou no consumo, contém uma dimensão significativa que lhe dá seu sentido, que a constitui e constitui nossa interação na sociedade”.

As rodas de samba do Distrito Federal brasileiro, assim, se apresentam como produto social dos próprios operários que vieram construir a nova Capital e que hoje resistem nas Regiões Administrativas, em sua maioria composto pela população negra, simbolizando um movimento que contrapõe o controle social e territorial do Estado e seus agentes hegemônicos. Essas rodas de samba também carregam, em sua essência, as mesmas características e



potencialidades de luta e perseverança dos sujeitos negros contra o poder hegemônico vigente. Carregam a força e a significância das rodas de samba que se efetivavam em senzalas, terreiros, morros, favelas e espaços periferizados (territórios onde a cultura afro se fazia e se faz muito presente). Valorizam os sujeitos periferizados, o samba de raiz e o samba autoral local, além de ocuparem e ressignificarem espaços públicos negligenciados pelo Estado, inspirando possíveis caminhos alternativos em seus usos e sentidos coletivos (ALVES, 2019).

Portanto, entre disputas e lutas, em prol da valorização e respeito cultural dos negros e da fixação no território, mais ainda em uma realidade de violências e vulnerabilidades, é que o samba e os movimentos de rodas de samba se territorializam na Capital Federal brasileira, tal como um movimento de resistência contra as colonialidades do poder, do saber e do ser, revelando os anseios e desejos de uma população que, em sua maioria, é representada por negros e negras em constante pretensão de melhoria de vida e possibilidades futuras de respeito e valorização, mesmo que o presente se exponha, de forma tão violenta, por meio de carências e exclusões de muitas delas.

### **Fazer pensar um projeto de educação étnico-racial de valorização, autonomia e empoderamento dos sujeitos negros e sambistas**

O saber, que sempre foi sinônimo de poder, segundo Mosé (2014), por meio da consciência de classe (e que se pode também incluir de raça), é construído e compartilhado nos dias atuais pelos sujeitos oprimidos e “condenados da Terra”. A ousadia de se fazer pensar e se estimular o acesso ao saber, instiga ao pensamento argumentativo e à consciência crítica, tratada por Freire (1996) como a prática educativo-progressiva em favor da autonomia do ser dos educandos.

Conforme Mosé (2014, p. 21), “O marxismo nos trouxe a consciência de que o saber pode ser uma arma mais poderosa do que as outras”, por isso a educação brasileira atualmente vem sofrendo violentos ataques, por meio do desmonte de Universidades e instituições do ensino público. Para a autora, a educação é que, de fato, irá definir a exclusão ou a inclusão dos países, das cidades, das regiões, das classes populares, dos sujeitos e dos diferentes no processo social, pois é na construção do conhecimento, na participação da sociedade, construindo-a e interferindo em suas instâncias, que a sensação de pertencimento surge, fortalecendo os sujeitos e os acordos sociais construídos.

Mosé (2014, p. 52) ainda apresenta que “a fragmentação do pensamento e do saber é o modo mais eficiente de controle social, quer dizer, da submissão de pessoas a um modelo

excludente de sociedade”. Sem a capacidade de relacionar a experiência particular com o todo da vida, ou seja, o singular com a totalidade, não se promove uma “educação emancipatória”. Em diálogo com Freire (1996, p. 28), pode-se destacar que “uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo”. Assim, o desafio proposto por ambos é a construção de uma reflexão “prática educativo-crítica”, partindo do singular à totalidade e vice-versa, a partir da relação teoria/prática com intervenções no mundo concreto, sem as quais a teoria pode se passar por mero discurso e a prática, ativismo. “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou sua construção” (FREIRE, 1996, p. 22).

Para Santiago (2013), a luta dos movimentos sociais negros, ao longo do século XX, pode ser tomada como um exemplo de reivindicações e conquistas educativas para um processo transformador de descolonização do saber, do poder e do ser, de autonomia e empoderamento dos sujeitos negros, como o proposto aqui no trabalho.

O Movimento Negro trata Santiago (2013), vem promovendo a construção de uma educação pautada nas relações étnico-raciais e na promoção de mudanças na Educação Básica. Conforme o autor,

[...] apresenta novas propostas para o ensinar e aprender, desarticulando a visão unitária (eurocêntrica) estabelecida dentro dos currículos, que também possibilite a construção do respeito e valorização de todas as raízes culturais que constituem a nação brasileira (SANTIAGO, 2013, p. 26).

Em um primeiro momento, retrata o autor, as ações eram pautadas na “educação como ascensão social e resistência pessoal”; já em um segundo momento, passou a ser tratada como uma “obrigação do Estado”. Entretanto, complementa, a partir de denúncias de discriminação racial e de falta de preparo dos profissionais da educação, para tratar de tais questões em sala de aula, “medidas institucionais são efetuadas para a inclusão do sujeito negro no currículo e para o combate efetivo da discriminação racial na escola” (SANTIAGO, 2013, p. 26). Vale ainda citar, do trabalho do pesquisador, que:

[...] a construção de uma educação das relações étnico-raciais tem o propósito de promover oportunidades de educação que permitam a criação de condições do exercício pleno da cidadania (SANTIAGO, 2013, p. 33).

Assim, ao se pensar alternativas de transformação da realidade, a partir do contexto teórico-histórico aqui apresentado, em uma escala local, propõe-se a construção de um projeto didático-pedagógico que relacione a educação étnico-racial ao cotidiano das escolas públicas do Distrito Federal brasileiro, pautado nos movimentos de rodas de samba identificados, e que



resgate a história de formação do sistema mundo capitalista (com suas colonialidades) e do Distrito Federal brasileiro. Ou seja, um projeto que se pautar nos sujeitos, nas populações segregadas e excluídas social e espacialmente, nas “minorias” que, quando emancipadas e mobilizadas, resistem e se contrapõem às vozes hegemônicas.

Um projeto que, necessariamente, envolva alunos e alunas, residentes de áreas periféricas, e que promova o fortalecimento de vínculos com os territórios, aqui pensando as Regiões Administrativas do Distrito Federal brasileiro. Que se concretize “num esforço de mobilização e de organização em que elas (estudantes) se apropriam, como sujeitos, ao lado dos educadores, do próprio processo” (FREIRE, 1981, p. 45). Que trate as rodas de samba tal como se apresentam, como um movimento dialético desde o lugar e a cidade até o sistema mundo modernidade/colonialidade capitalista. Que revele a realidade de forma crítica, mas ao mesmo tempo, valore a identidade dos sujeitos, negros e sambistas, a fim de contribuir para a visibilidade e valorização cultural dos movimentos de rodas de samba e movimentos negros das comunidades envolvidas. Que estabeleça conexões e gere rendas novas para que os sambistas e a população envolvida tenham condições de melhorar a qualidade de vida, a autonomia, o empoderamento, a valorização e o respeito das comunidades.

Ao se preocupar com o rigor teórico e epistemológico dos conteúdos do projeto proposto, vale ainda reforçar os apontamentos de Santiago (2013, p. 34):

[...] não se trata de reduzir somente o ensino a questões estruturais da sociedade ou manifestações culturais pontuais, tais como: canção, comida típicas, indumentárias, (ou expressões de rodas de samba), mas sim de incorporar no ensino o conjunto de valores culturais do mundo africano, tal como se exprime na vida, nas instituições e nas obras dos negros.

O projeto deve, assim, se pautar numa iniciativa que rompa com a construção do conhecimento eurocêntrico. Ter como base um conhecimento não fragmentado, múltiplo e plural e que combata, de forma dialógica, o racismo estrutural, velado e violento, da sociedade atual.

Para tal posicionamento, a construção do projeto deverá se pautar na real articulação e aplicabilidade das políticas públicas relacionadas à educação étnico-racial: (i) a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018); (ii) a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 1996); (iii) a Lei 10.639/2003, que propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana (BRASIL, 2003); (iv) a Lei 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as escolas brasileiras, públicas e privadas, do Ensino

Fundamental e Médio (BRASIL, 2008); (v) a Lei 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (BRASIL, 1989); juntamente com (vi) o Parecer CNE nº 3, de 10 de março de 2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004) e (vii) a Resolução CNE nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004).

Da mesma forma, deverá tratar e pontuar: (i) as teorias das colonialidades do poder, do saber e do ser, trabalhadas por Quijano (2005), Mignolo (2005) e Maldonado-Torres (2005); (ii) a construção do Distrito Federal brasileiro, como um produto conjuntural ideológico de “modernização e desenvolvimento da nação” e de “internacionalização da economia brasileira”; (iii) o contexto histórico e as representações simbólicas das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro, enquanto dialéticas expressões de resistência dos negros no território; (iv) e, de forma prática, propor a construção de possíveis formas de mudança e transformação do que está (im)posto, conforme recorte histórico apresentado nos itens anteriores (relações paralelas entre as experiências com o cotidiano dos estudantes e as teorias estudadas).

O projeto aqui pensado, deverá, portanto, favorecer o:

[...] reconhecimento da diversidade étnico-racial e das diferenças dos grupos sociais, com base em princípios éticos, no respeito à diversidade e no combate ao preconceito e à violência de qualquer natureza (BRASIL, 2018, p. 361).

Assim, tem-se como compromisso, a continuidade da pesquisa efetuada no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade de Brasília (UnB), a qual deu origem à tese e ao trabalho aqui publicado – que não podem se fazer restritos aos bancos de dados acadêmicos. Acredita-se, assim, que as construções teóricas e os resultados obtidos devem, efetivamente, ser divulgados, compartilhados e servir de fundamento para a transformação da realidade local (as Regiões Administrativas da Capital Federal), em sua totalidade, a nível da práxis, ou seja, de abarcar bases e possibilidades de valorização, emancipação e autonomia dos sujeitos e dos próprios coletivos de rodas de samba envolvidos.

## **Considerações finais**

Na compreensão dos efeitos das colonialidades do poder, do saber e do ser, estruturantes do sistema mundo moderno/colonial capitalista e, em conjunto, da construção do Distrito Federal brasileiro como um “produto conjuntural ideológico de modernização, desenvolvimento da nação e de internacionalização da economia brasileira” (COSTA; STEINKE, 2014), entende-se como se dão os movimentos de rodas de samba, enquanto resistência dos sujeitos negros, no território do Distrito Federal brasileiro.

Como compromisso de dar continuidade à pesquisa realizada na tese, defendida em 2019 no Departamento de Geografia da Universidade de Brasil (UnB), propõe-se a construção de um projeto didático-pedagógico para as escolas públicas de Brasília (DF), que trate a educação étnico-racial a partir das rodas de samba, como estímulo ao pensamento argumentativo e à consciência crítica em combate à discriminação e preconceito étnico-racial.

A grande tarefa de todos nós é nos assumirmos como seres sociais e históricos, responsáveis na interação com o mundo e na promoção de mudanças de ordem estrutural na sociedade. A efetivação de ações e projetos que promovam o combate ao racismo, ao sexismo, ao pensamento não democrático, não plural e hegemônico eurocentrado, é o nosso dever enquanto cidadãos.

Os próximos passos, portanto, serão a construção e efetivação do projeto proposto de forma coletiva com os responsáveis pelas rodas de samba, a partir das construções teóricas aqui expostas. Importante reiterar nossa responsabilidade ética e profissional enquanto professores e professoras no exercício de nosso ofício, no incentivo à curiosidade crítica, pautada em uma epistemologia desde o Sul, na busca de alternativas para a transformação da realidade concreta.

**AGRADECIMENTOS:** Ficam aqui registrados os meus sinceros agradecimentos ao professor orientador Dr. Everaldo Batista da Costa (PÓS-GEA/UnB) e à professora coorientadora Dra. Iliá Alvarado-Sizzo (IG/UNAM) pela parceria e orientação sempre presentes; juntamente pela construção do conhecimento (plural, crítico e democrático) com as/os integrantes do Grupo CNPq de Extensão e Pesquisa Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe (GECIPA/UnB).

## REFERÊNCIAS

- ALVES, V. J. R. **As rodas de samba do Distrito Federal brasileiro, patrimônio-territorial latinoamericano, expressão de resistência espacial negra**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38294>. Acesso em: 21 mar. 2021.
- AZEVEDO, R. **Abençoado & Danado do Samba: Um estudo sobre o discurso popular**. 1. ed. São Paulo: Editora EDUSP, 2013.
- BRASIL. **Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF: Presidência da República, 1989. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7716.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7716.htm). Acesso em: 19 jan. 2020.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 18 jan. 2020.
- BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 18 jan. 2020.
- BRASIL. **Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 18 jan. 2020.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 20 jan. 2020.
- BRASIL. **Parecer n. 3, de 10 de março de 2004**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2004. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_003.pdf?query=diretrizes%20curriculares%20complementares](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_003.pdf?query=diretrizes%20curriculares%20complementares). Acesso em: 15 jan. 2020.
- BRASIL. **Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2004. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.
- CODEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **A população negra no Distrito Federal: Analisando as Regiões Administrativas**. Brasília, DF: CODEPLAN, 2014.

Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/População-Negra-no-Distrito-Federal-Analisando-as-Regiões-Administrativas.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2020.

COSTA, E. B. STEINKE, V. A. Brasília meta-síntese do poder no controle e articulação do território nacional. **Scripta Nova: Revista electrónica de Geografía y ciencias sociales**, Barcelona, v. 18, n. 493, p. 1-29, nov. 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/17852>. Acesso em: 13, jan. 2020.

DOZENA, A. Entre o real e o imaginário: o samba como discurso e prática de contrafinalidade na paulicéia. In: COSTA, E. B.; OLIVEIRA, R. S. (org.). **As cidades entre o “real” e o imaginário: Estudos no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FRANCISCO, S. **Música: Da poeira à eletricidade**. Brasília, DF: Instituto Terceiro Setor, 2012.

FREIRE, P. **Ação Cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: Em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCÍA CANCLINI, N. **Diferentes, desiguais e desconectados: Mapas da interculturalidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: Contribuciones al desarrollo de un concepto. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais**. Argentina: CLACSO, 2005. Disponível em: [www.decolonialtranslation.com/espanol/maldonado-colonialidad-del-ser.pdf](http://www.decolonialtranslation.com/espanol/maldonado-colonialidad-del-ser.pdf). Acesso em: 22 jan. 2020.

MIGNOLO, W. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais**. Argentina: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624090901/colonialidade.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2020.

MOSÉ, V. **A escola e os desafios contemporâneos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

NETO, L. **Uma história do samba: Volume 1 (as origens)**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

OLIVEIRA FILHO, M. Atual Presidente da Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro (ARUC). **Entrevista autorizada com registro**. Entrevistador: ALVES, V. J. R. 1 arquivo mp3 (24min). Brasília, abr., 2019.

QUIJANO, A. A Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A Colonialidade do saber**: Eurocentrismo e ciências sociais. Argentina: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624090901/colonialidade.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTIAGO, F. Políticas Educacionais e Relações Étnico-Raciais: Contribuições do parecer CNE/CP 3/2004 para a Educação Infantil no Brasil. **Revista on line de Política e Gestão Educacional – RPGE**, Araraquara, v.1, n. 14, p. 25-44, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9340>. Acesso em: 17 dez. 2019.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: Do pensamento único à consciência universal. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SOUZA, P. C. A.; FORTUNATO, I. Uma Narrativa Histórica da Educação Nacional entre mitos: Do Fundador ao de Democracia Racial. **Revista on line de Política e Gestão Educacional – RPGE**, Araraquara, v. 23, n. 1, p. 103-131, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11506>. Acesso em: 13 dez. 2019.

VIANNA, H. **O mistério do samba**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.



## Como referenciar este artigo

ALVES, V. J. R. Rodas de Samba na educação étnico-racial do Distrito Federal Brasileiro: Um projeto para além da teoria. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 26, n. 00, e022137, jan./dez. 2022. e-ISSN: 1519-9029. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v26i00.13947>

**Submetido em:** 29/03/2022

**Revisado em:** 16/05/2022

**Aprovado em:** 23/07/2022

**Publicado em:** 30/09/2022

**Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.**

Revisão, formatação, normalização e tradução.

